

Marxismo e economia política: “o caso Caraça”

Carlos Bastien ISEG/GHES – Universidade Técnica de Lisboa

resumo

Bento de Jesus Caraça (1901-1948) foi um intelectual destacado na cena cultural portuguesa do período entre guerras e do pós-Segunda Guerra Mundial. A sua obra, baseada numa interpretação heterodoxa das ideias marxistas, repartiu-se pela matemática, pela filosofia da cultura, pela doutrinação política. O objectivo do presente artigo é caracterizar um aspecto do seu pensamento não referido nos estudos antes publicados, a saber, a natureza das suas ideias económicas, a forma como relacionava essas ideias com a visão marxista e a introdução da econometria em Portugal.

résumé / abstract

Bento de Jesus Caraça (1901-1948) est un intellectuel important de la scène culturelle portugaise de l'entre-deux-guerres et après la seconde guerre mondiale. Son œuvre, une interprétation hétérodoxe des idées marxistes, recouvre plusieurs champs, la mathématique, la philosophie de la culture et la doctrine politique. L'objectif de ce texte est de caractériser une dimension de sa pensée que l'on ne retrouve pas dans les études déjà publiées, c'est-à-dire, la nature de ses idées économiques et la manière dont il mettait en relation ses idées avec la vision marxiste et l'introduction de l'économétrie au Portugal.

Bento de Jesus Caraça (1901-1948) was an outstanding intellectual in the Portuguese cultural scene during the inter-war period and in the second post-world-war. His diversified writings, based on an heterodox interpretation of Marxian ideas, focused on mathematics, philosophy of culture and political doctrine. The main goal of this paper is to characterize a specific topic of his thought: the nature of his economic ideas, namely the way he intermingled those ideas with both his Marxian wisdom and the introduction of econometrics in Portugal.

Classificação JEL: B20, B24





“Filosofia. Política. Economia. Se estas três actividades são os elementos constitutivos necessários de uma mesma concepção do mundo, deve haver necessariamente, nos seus princípios teóricos, convertibilidade de uma para outra, tradução recíproca na própria específica linguagem de cada elemento constitutivo: um está implícito no outro e todos juntos formam um círculo homogéneo.”

António Gramsci

1. Introdução

Bento de Jesus Caraça (1901-1948) é um personagem incontornável da vida intelectual e política portuguesa do período entre guerras e do segundo pós-guerra, designadamente enquanto matemático, professor, filósofo da cultura, divulgador cultural, militante revolucionário e, acessoriamente, economista.

Estas diversas facetas suscitaram a publicação de diversos artigos e notas de natureza comemorativa ou memorialista, de relatos biográficos, de livros de homenagem, a edição ou a reedição de muitos dos seus escritos e suscitaram sobretudo a publicação de alguns estudos de extensão e profundidade variáveis sobre o seu pensamento e a sua acção. De entre estes há os que tomaram por objecto o pensamento matemático (Bebiano, 1990), o pensamento filosófico (Coelho, 1990; Dias, 2003; Duarte, 1987; Moura, 2001; Neves, 2002; Pita, 1992 e 2003), a acção de divulgação cultural (Araújo, 2001; Neves, 2006), a doutrina política (Andrade, 1996) e a acção política concreta (Pedroso, 2007; Pita, 1994; Vilaça, 1999; Tengarrinha, 2001).

Curiosamente, a circunstância de Caraça se ter formado e leccionado toda a sua vida numa escola de economia, ter fundado e dirigido um centro de matemática aplicada à economia, ter divulgado saberes económicos em conferências e na edição de livros, ter planeado o lançamento de revistas de economia, ter exercido funções de consultor económico de organizações sindicais e cooperativas e ter até, enquanto dirigente político, formulado linhas orientadoras de política económica não motivou a análise da sua visão da economia política, a qual tem apenas sido referida em notas breves e alusões pontuais.

O objectivo do presente *paper* é justamente o de caracterizar alguns aspectos do pensamento económico de Caraça. Por ora, não o de o reconstituir exaustivamente mas tão só o de explicitar um dos seus aspectos nucleares: o modo como Caraça entendeu a natureza da economia política (teórica e aplicada) e como pensou a relação desse saber com a referência marxista que estruturou a sua visão do mundo. As incursões que realizou nos campos da doutrina económica, da política económica, da economia descritiva e da própria economia de senso comum não são pois aqui consideradas a não ser de forma marginal¹.

Ainda que considerada apenas na dimensão economia política, a reflexão de Caraça originou o que, por analogia com o conhecido ‘caso Lyssenko’ (Lecourt, 1976: 5), se pode designar de ‘caso Caraça’, já que ambos os ‘casos’ resultaram em configurações originais da articulação entre posição política revolucionária, prática científica e intervenção epistemológica. No entanto, a proximidade entre os dois ‘casos’ limita-se à cronologia e à citada articulação em termos abstractos. Em termos concretos as formas de articulação daqueles três elementos são distintas como distinto foi o impacto político e cultural obtido por ambas.

¹ É nossa intenção publicar em breve um estudo mais amplo sobre as ideias económicas de Bento de Jesus Caraça contemplando, designadamente, a sua contribuição para a recepção da ortodoxia neoclássica e da econometria em Portugal. Ele deverá incluir alguns textos mais representativos do seu pensamento económico, na sua larga maioria inéditos.

2. A formação do pensamento económico de Caraça



O encontro de Bento de Jesus Caraça com a economia política deu-se em 1918 quando, após um percurso escolar passado na escola primária de Montoito – sua aldeia natal – e nos liceus de Santarém e de Lisboa, ingressou no Instituto Superior de Comércio (ISC), entretanto renomeado Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) e integrado na recém-criada Universidade Técnica de Lisboa em 1930.

Foi neste Instituto que em 1923 Caraça terminou o curso superior de comércio e que em 1929, ultrapassadas as várias etapas da carreira docente iniciada em 1919 como segundo assistente, foi nomeado professor catedrático de Matemáticas Superiores, área científica em que se manteve até à sua expulsão da Universidade em 1946. Não obstante, o seu contacto com o mundo da economia nunca se interrompeu e teve até um momento particularmente marcante em 1938 quando assumiu a direcção do Centro de Estudos de Matemática Aplicada à Economia (CEMAE), o primeiro centro de investigação nesta área disciplinar existente em Portugal.

Na época em que Bento Caraça frequentou o ISC/ISCEF este era uma escola em que, com excepção do respectivo departamento de matemática onde pontuavam Mira Fernandes e o próprio Bento Caraça, a inovação científica e pedagógica tinha pouco significado.

O saber económico transmitido nos diversos cursos até à reforma de 1949, para além de rotineiro, tinha um cunho essencialmente técnico, prático e descritivo. O ensino da teoria económica propriamente dita quase se resumia à 7ª cadeira, designada “economia política; estatística; legislação industrial”, no âmbito da qual o professor António Lino Neto se encarregava de difundir um saber cientificamente desactualizado e, nesse caso particular, também fortemente ideologizado. Partidário de um corporativismo tradicionalista avesso à ideia de industrialização, este professor converteu o ensino da economia política num conjunto de observações históricas pontuadas por afirmações de cariz normativo sem significado científico visível. Ainda que sem identificação explícita, Caraça não deixou de manifestar a sua avaliação desse saber ao notar que “o retorno à vida simples, o abandono da ciência, da técnica, da máquina, não passa de uma divagação lírica de algumas epidermes hipersensíveis” (Caraça, 1970 [1940]: 281).

Para além de rejeitar a teoria económica neoclássica, a corrente internacionalmente dominante desde o início do século, Neto rejeitava também as ideias económicas de Marx. A estas dedicava apenas algumas breves e equívocas referências no âmbito da história do pensamento económico e naturalmente considerava-as imprestáveis para a compreensão do mundo contemporâneo (Bastien, 2001a).

A formação de Caraça em matéria de economia política foi assim em larga medida autodidáctica, embora os momentos fundamentais dessa formação permaneçam obscuros. Desde logo porque na sua biblioteca pessoal – hoje repartida pelo Instituto Superior de Economia e Gestão e pela Fundação Mário Soares – quase inexistem revistas e livros de economia, sobretudo com cariz teórico.

Em qualquer caso, em 1922, ainda estudante, Caraça realizou na Universidade Popular Portuguesa um ciclo de “Conferências Populares sobre Comércio e Finanças”. O breve sumário que acompanhava o respectivo anúncio deixa perceber que estava ainda em causa uma apresentação da problemática económica numa perspectiva tradicional e sem qualquer relação com a visão marxista que viria a adoptar mais tarde.

Pouco depois, ao terminar a parte curricular do curso no ISC, apresentou uma memória de licenciatura que tinha por tema as condições de equilíbrio na troca em mercado de concorrência perfeita (Caraça, 1923). Essa memória revela que se mantinha ainda à margem de qualquer influência do pensamento marxista, sendo no entanto já visível um completo afastamento da abordagem à economia que tinha conhecido como aluno do citado Lino Neto. No essencial,



Caraça procurava então deixar clara a ideia que o progresso da ciência económica significava antes do mais matematização do raciocínio e da forma de exposição ao mesmo tempo que adoptava uma metodologia individualista e anti-histórica própria da teoria neoclássica, então ainda pouco divulgada em Portugal (Bastien, 2001b).

Nos planos ideológico e político, o ISC/ISCEF era desde a sua fundação e pelo menos até à primeira metade da década de 30 uma escola cujo corpo docente era maioritariamente constituído por representantes do pensamento liberal, alguns dos quais politicamente muito activos, mas onde inexistiam casos de aproximação ao ideário marxista ou a movimentos socialistas. Semelhante era a situação do corpo estudantil, o qual, contudo, em meados dos anos 30 revelou sinais de crescente mobilização política, designadamente com a formação de um núcleo do Bloco Académico Anti-fascista (Babo, 1984: 86).

Pelo seu lado, o processo de radicalização que fez Caraça superar a sua condição de intelectual tradicional ter-se-á desenvolvido em finais da década de 20, à margem do ambiente escolar e presumivelmente na sequência dos contactos que então estabeleceu com meios sindicais e em particular com o dirigente comunista Bento Gonçalves (Vilaça, 1999: 59). Desse processo resultou a sua adesão ao Núcleo dos Trabalhadores Intelectuais (um organismo do Partido Comunista Português), a participação em diversos movimentos unitários anti-fascistas, designadamente no Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF) e no Movimento de Unidade Democrática (MUD), de cuja Comissão Central fez parte, e resultou também um maior empenhamento na divulgação cultural, nomeadamente ao assumir a presidência da Universidade Popular Portuguesa e a direcção da Biblioteca Cosmos.

Esta actividade multifacetada, mas articulada num projecto amplo de transformação da sociedade, sustentou-se ideologicamente no marxismo, numa época em que esta corrente se singularizava e ganhava raízes entre a intelectualidade portuguesa, ainda que – como sucedia no caso em apreço – se tratasse de um “marxismo marginal” (Hobsbawm, 1989: 55). Em qualquer caso, ele teve um papel relevante na recomposição do campo intelectual em Portugal, contribuindo para um lento mas duradouro deslocar do respectivo equilíbrio para a esquerda.

Apesar de todas as dificuldades, a própria obra científica e pedagógica de Caraça, desenvolvida num ambiente universitário que se lhe tornou particularmente adverso a partir de 1933, bem como a intervenção doutrinária e a obra de divulgação realizada à margem da actividade docente no ISC/ISCEF, passou a reflectir a injunção do ideário marxista. Tal foi particularmente visível no âmbito do ensino e divulgação da matemática, o seu domínio de especialidade – designadamente na preferência que deu à corrente intuicionista, a mais compatível com aquele ideário (Bebiano, 1990: 170-171) –, mas produziu também efeitos no campo da epistemologia da economia e sobretudo no do próprio saber económico.

3. Epistemologia e economia política

Na concepção marxista de Bento Caraça – largamente tributária da tradição utópica (Andrade, 1996) – a cultura, tomada como construção progressiva de uma consciência de si e do mundo por parte das classes populares, assume uma evidente centralidade no processo transformador, constituindo simultaneamente um meio e um objectivo da acção revolucionária.

No entanto, a sua intervenção pública, designadamente enquanto divulgador cultural, revelou que essa ideia de cultura privilegiava a razão científica – “a porta de entrada para a cultura integral” (Neves, 2006: 850) – em detrimento das vertentes não-científicas e especulativas.

Não obstante, e ao contrário do que sucedia com a maioria dos intelectuais marxistas portugueses do seu tempo que se encaminhavam para uma leitura determinista e cientista do marxismo (Pita 1994), em Caraça emergia uma visão historicista em que, à semelhança do que sucedia no jovem Marx, o socialismo enquanto “fundamento teórico geral da ideia de auto-emancipação revolucionária do proletariado” (Lowy, 2002: 173) era tomado como uma filosofia da *praxis* e não como uma ciência da história.



Esta visão incorporava uma epistemologia dual. Por um lado, ao ocupar-se do saber matemático – designadamente na sua obra mais difundida, *Conceitos fundamentais da matemática* – Bento Caraça apresentava este na sua tripla dimensão, histórica, prática-social e gnoseológica: revelava a estrutura interna e a evolução das ideias com as suas crises, reorientações e avanços e revelava o significado real das formulações abstractas articulando-as com as condições exteriores infra-estruturais e superestruturais que possibilitavam a sua emergência e a sua aplicação. Por outro lado, ao ocupar-se do saber económico colocava entre parêntesis essa epistemologia fundada no materialismo de Marx e limitava-se a reproduzir os dados de um saber económico num primeiro tempo eclético – o das conferências sobre comércio e finanças já acima citadas – e num segundo tempo neoclássico – o que informa a memória de licenciatura, também já acima referida. Em nenhum momento confronta aquele saber com a sua própria afirmação que “a Ciência Moderna constrói um mundo teórico em devir, um mundo de verdades relativas, porque correlacionadas a um dado estado do processo histórico” (Caraça, 1970 [1946]: 316), porventura porque, como chega por um momento a insinuar, considera que a economia política não é verdadeiramente uma ciência (cf. Neves, 2006: 872) – nem mesmo porventura um discurso crítico sobre a ideologia económica burguesa, como sucede em Gramsci – ou porque, numa atitude igualmente pouco consentânea com a tradição “marxista principal” (Hobsbawm, 1989: 55), considera que ela não é uma ciência autónoma mas apenas um ramo “das ciências de matemática aplicada” (Caraça, 1923). Curiosamente, em linha com o neo-positivismo que combatia noutros campos, aceitava nesta segunda versão do estatuto epistemológico da economia política a ideia que a objectividade desse saber só era possível mediante uma construção matemática imposta *a priori*.

Esta deformação matematizante conduziu Caraça a uma evidente desvalorização da teoria económica, em particular da marxista. Referências directas aos textos económicos fundamentais de Marx e Engels são raras como raras são as referências às polémicas e aos desenvolvimentos da teoria mesmo quando tais polémicas e desenvolvimentos procuravam dar uma formulação matemática à economia de Marx. Esta atitude surgia de alguma forma em contra-ciclo já que na Europa dos anos 20 foram surgindo trabalhos de economistas com um perfil político e académico semelhante ao de Caraça visando justamente o aprofundamento da teoria marxista. Um exemplo é Sam de Wolff, um economista matemático holandês que procurou lançar as bases de uma nova macroeconomia formalizada combinando a teoria marxista do valor com a teoria da utilidade marginal, antecipando de alguma forma o que viria a ser o marxismo analítico (Plasmejer, 1998: 61 ss). Outro exemplo possível, correspondente a outra linha de investigação, é Henryk Grossmann, que, baseado no volume 3 de *O Capital*, procurou construir um modelo algébrico macroeconómico demonstrativo da queda tendencial da taxa de lucro e das condições de colapso da economia capitalista (Howard e King, 1989: 316 ss). O próprio Marx anteviu de algum modo esses desenvolvimentos ao justificar os seus estudos matemáticos argumentando que o instrumental matemático é importante para o progresso da economia política e em particular para a determinação “das leis essenciais das crises económicas” (Marx, 1973 [1873]: 131).

Se a barreira linguística por si só determinou o desconhecimento destes trabalhos em Portugal, já o mesmo não sucedeu com outros textos de economia não-matemática que se revelaram particularmente importantes na crítica da economia neoclássica e na disseminação da economia marxista no Ocidente europeu, nomeadamente nos meios universitários. Os exemplos porventura mais relevantes são o livro de Maurice Dobb *Political economy and capitalism*, originalmente publicado em 1937, e a *Theory of capitalist development*, de Paul Sweezy, publicado cinco anos mais tarde.

Caraça, em contraste com a forma como avalia a contribuição de Galileu para a física – “formidável síntese [que abriu] uma nova era para a ciência” (Caraça, 1970 [1933]: 88 e 90) –, não reconhece a revolução operada por Marx na história da economia política e pouca atenção terá dado a esta literatura. Nada publicou sobre a matéria e entre os seus manuscritos apenas um revela uma reflexão sobre alguns conceitos e relações funcionais específicos da economia



marxista, os quais são então tratados algebricamente em ordem a deduzir o que designa de “tradução matemática das contradições do capitalismo” (Caraça, s/d-a). Aliás, esse texto confirma que apenas a parte da economia política que é matematizável suscita o seu interesse, de tal forma que o conceito de modo de produção, por exemplo, apesar de axial no materialismo histórico, jamais surge nos seus escritos. Acresce que as poucas referências que dedica a questões económicas específicas também não são mediadas por tais conceitos. É que, embora no plano histórico reconheça prioridade à solução de tais questões – “o problema económico é, de todos os problemas sociais, aquele que tem de ser resolvido em primeiro lugar” (Caraça, 1970 [1933]: 51) – não existe nos seus textos de natureza teórica ou doutrinária uma reflexão sobre a transformação das estruturas económicas no âmbito do processo revolucionário – nem no do processo histórico em geral –, reflexão que dificilmente dispensaria o recurso a tais conceitos.

A própria Biblioteca Cosmos, apesar do gigantesco esforço de divulgação científica que representou, e embora inclua alguns livros sobre problemas económicos concretos, não contém qualquer título expondo os fundamentos da economia política (marxista ou outra), recusando mesmo o seu director editar o único livro desta natureza que lhe foi proposto (Neves, 2006: 881). Esta desvalorização do saber económico – justamente a via pela qual o marxismo emergiu como ciência – na educação da massa leitora é também reveladora de quão longe Caraça se encontrava da interpretação cientista do legado de Marx.

Ainda que usando pontualmente as expressões “cultura revolucionária” (Caraça, 2002 [1930]: 64) e “cultura proletária” (Caraça 2002 [1931]: 163), não aceita a ideia de uma cultura estruturada e autónoma criada pela classe proletária nem aceita a ideia que a ciência económica tem uma dimensão classista intrínseca. A afirmação de Marx que “tal como os economistas são os representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e os comunistas são os teóricos da classe proletária” (Marx, 1991 [1847]: 111) não encontra facilmente lugar na visão de Caraça, e de todo não tem nela lugar a lógica lyssenkista das duas ciências em oposição irredutível – já presente desde os anos 20 nas formulações de Bogdanov e de Bukharine – que veio a marcar o pensamento de muitos economistas marxistas da Europa ocidental (Pouch, 2001: 41).

Para Caraça, o que está em causa no processo revolucionário – “no despertar da alma colectiva das massas” (Caraça, 1970 [1933]: 53) – é antes de mais a apropriação pelas classes populares da cultura, incluindo naturalmente a económica, que é por natureza una e humana mas que na circunstância histórica se encontra monopolizada pelos grupos dominantes. Cultura revolucionária, e por inclusão economia revolucionária, significa neste contexto saber económico democratizado, isto é, devidamente difundido de cima para baixo pelos intelectuais. A relação que supõe entre a ciência económica e as massas é de natureza sociológica mas não gnoseológica, pese embora a ambiguidade que projecta na definição do estatuto epistemológico do projecto marxista, e logo da economia política, quando por um momento refere o materialismo histórico como “aplicação” e “prolongamento, ramificação necessária do tronco central [o materialismo dialéctico]” (Caraça, s/d-b).

Em qualquer caso, a contribuição de Bento Caraça para a afirmação do discurso teórico-económico marxista em Portugal foi relevante ainda que exercida sobretudo por vias indirectas. Por um lado, incentivando e acompanhando trabalhos científicos de colaboradores seus, cujo exemplo mais relevante é a dissertação de doutoramento de Augusto Sá da Costa, um estudo de economia matemática visando demonstrar que os desequilíbrios entre diversos mercados articulados numa cadeia apenas podem ser evitados numa economia planificada (Costa, 1947). Por outro lado, impulsionando o lançamento da *Revista de Economia*, a qual, num quadro teórico assumidamente pluralista, revelou uma presença significativa da teoria económica marxista, sobretudo em artigos da autoria de antigos colaboradores seus no CEMAE (Bastien, 1988).

4. Humanismo, economia aplicada e econometria



Não são inteiramente claros os termos do acesso de Caraça ao pensamento marxista. Teve por certo acesso a textos editados em Portugal (por vezes em versões resumidas ou truncadas) entre os anos 20 e os anos 40, designadamente de Lenin, a cujas teses políticas e económicas não se referiu directamente, de Bukharine, cuja visão cientista não adoptou, e de Staline, cuja sistematização do materialismo dialéctico e do materialismo histórico não considerou adequada. Já noutro plano, teve também acesso ao “comunismo moral” (Pita, 2002: 85) de Romain Rolland, que não por obra teórica mas pela doutrina humanista e pelo exemplo de intelectual empenhado se constituiu em referência maior de Caraça, e teve, presume-se, pois nada o demonstra inequivocamente no seu espólio bibliográfico e literário, acesso directo aos textos do jovem Marx, designadamente aos *Manuscritos económico-filosóficos de 1844*.

Por via directa ou por via indirecta, foi deste Marx que recolheu um humanismo historicista, um humanismo que reivindica a desalienação do homem – “cultura integral” na expressão de Caraça – e que aspira à sociedade sem classes do comunismo em resultado de exigência moral da História.

O Marx reflectido na obra de Caraça não é pois o Marx que se mostra particularmente atento à dimensão económica da vida social, não é o Marx teórico que enuncia as leis do modo de produção capitalista (e que circula internacionalmente nos *Princípios de economia política* de Lapidus e Ostrovitianov) mas antes o Marx que, ainda quando se refere à economia, acolhe fundamentalmente conceitos smithianos (Evans, 1984: 115) e centra a sua análise na desumanização resultante da divisão social do trabalho e na apropriação privada e desigual da riqueza e dos rendimentos.

Em termos não inteiramente assimiláveis mas com idêntico sentido, Caraça ocupar-se-á de demonstrar, ou de estimular a demonstração, de como o capitalismo, sobretudo em época de crises e de guerras como aquela em que decorre a sua intervenção pública, constitui um desastre humano cuja solução está na superação desse mesmo capitalismo. Trata-se, no dizer do próprio Caraça, de “num mundo economicamente arruinado e socialmente desequilibrado pela multidão de contradições internas que o dilaceram” (Caraça, 1970 [1940]: 276) dar curso a um “humanismo do homem pelo grupo”, ou seja, realizar um humanismo que tende para uma “síntese grandiosa (...), [para] o mundo diferente que palpita no seu ideal humanístico e [que] há-de ser uma passagem a um estado superior de civilização” (*idem*: 277).

O que neste contexto legitima a economia política é justamente o facto de Caraça considerar que tal disciplina constitui uma “via de acesso ao humanismo” (*idem*: 278-279). Mas, mais do que embrenhar-se na senda da reflexão teórica, esta visão humanista apela ao historicismo no sentido em que privilegia a observação empírica, a análise de uma cadeia de eventos concatenados, a caracterização das condições concretas do Mundo contemporâneo e em particular da economia portuguesa.

Apesar de Caraça não ter publicado qualquer estudo de economia aplicada assente em problemáticas explicitamente marxistas fizeram-no vários dos seus colaboradores nas várias redes que animou, designadamente no CEMAE, nas páginas da *Revista de Economia*, pontualmente na Biblioteca Cosmos e, num plano já abertamente político, na Comissão de Economistas do MUD e no núcleo de economistas comunistas do Instituto Nacional de Estatística. Disso mesmo são exemplos o estudo que Armando Castro dedicou à revolução industrial em Portugal (Castro, 1947) ou o artigo de Jorge Alarcão no qual a lei da pauperização absoluta serve de fio condutor à caracterização da condição operária (Alarcão, 1948).

No entanto, esta economia do humanismo real ainda quando valorizando novos objectos de estudo, baseou-se frequentemente em teoria económica convencional, quando não na descrição em lugar da análise. Na sua generalidade, os livros com temática económica publicados na Biblioteca Cosmos, designadamente naqueles em que se pretende proporcionar ao leitor



informação acerca da evolução da conjuntura económica mundial no período entre guerras (Guerreiro, 1943 e 1947), da produção cerealífera (Barros, 1944), dos custos das guerras mundiais (Gonçalves, 1945) ou da produção pecuária (Costa Jr., 1947), são estudos essencialmente descritivos mediados por indicadores quantitativos sumários.

Os critérios de publicação de tais estudos valorizavam o racionalismo e uma atitude optimista a respeito do futuro da humanidade mas – ao contrário do que foi já afirmado (Araújo, 2001: 16) – só excepcionalmente há neles a preocupação em integrar os diversos aspectos da vida económica na totalidade social de modo a revelar todo o seu significado. Aliás, a noção de totalidade social bem como o próprio conceito de relações sociais também não surgem inteiramente definidos no Marx dos *Manuscritos*.

A aproximação entre a análise quantitativa e as preocupações sociais de Bento Caraça teve também expressão no actuariado. Com efeito, Caraça exerceu funções de actuário em caixas sindicais, no Montepio Geral e no Banco de Portugal, onde realizou estudos sobre tabelas de pensões, organização e estatuto jurídico de uma caixa de pensões e reformas que aquele Banco pretendia criar para os seus próprios trabalhadores, numa época em que os sistemas de previdência de empresa eram raros em Portugal.

No entanto, a sua maior contribuição para o progresso dos estudos económicos foi a introdução em 1943 do “admirável mundo novo [da econometria]” (Louçã, 2007: 304) nos planos de trabalho do CEMAE.

Uma vez superada a referência económica paretiana, este facto não acarretava modificação significativa da posição de Caraça no plano epistemológico – entre outras razões porque o seu humanismo historicista movendo-se na ideia de tempo linear e na perspectiva de dar sentido às relações observadas entre acções humanas articulava-se bem com a natureza da *démarche* econométrica – mas já no plano metodológico significava um enorme avanço e um verdadeiro abanar do campo da ciência económica em Portugal, o qual vivia então um período de estagnação e, salvo raríssimas excepções, no desconhecimento do que eram então os avanços em curso no plano internacional.

A introdução da econometria em Portugal, nas condições em que foi realizada por Caraça, trazia também efeitos ideológicos e políticos relevantes. Por um lado, porque reforçava o campo científico e, tal como o próprio Caraça havia já sustentado em texto dedicado a Galileu (Caraça 1970 [1933]: 61 ss), a ciência, dada a sua essência histórica progressista, chocava com o obscurantismo cultural, na circunstância histórica o do Estado Novo. Por outro lado, porque a directiva política “Da necessidade de estudar os problemas concretos nacionais”, ainda que só formalizada pela geração revolucionária que sucedeu a Caraça (Soares, 1947: 99 ss), era já nos anos 30 uma preocupação dos intelectuais comunistas. O acesso destes, em particular dos economistas, a esta nova ferramenta analítica, permitindo um conhecimento mais rigoroso de aspectos concretos da vida económica portuguesa, só podia reforçar a sua capacidade de afirmação política.

Para além disso, a econometria era por eles entendida, nas suas potenciais aplicações prospectivas, como um instrumento indispensável à planificação económica na nova sociedade que se aproximava. Aliás, Jan Tinbergen, figura cimeira da disciplina – e socialista não-marxista – cujos trabalhos exerceram grande influência em Caraça, viu justamente a econometria como “a ferramenta que tornaria possível uma efectiva intervenção na economia para levar a cabo um programa socialista” (cit. Epstein, 1987: 33).

A contribuição de Caraça neste campo teve um momento chave nas duas conferências que realizou em finais de 1944 no CEMAE.

Adoptou aí uma definição muita ampla da disciplina, visto que nela incluía a demografia, e definiu todo um programa de pesquisa no qual a matriz económica neoclássica não estava inteiramente ausente – permanecia a referência analítica ao *homo economicus* – mas surgia claramente enfraquecida em favor de uma visão mais sociológica, no sentido em que apelava



agora ao estudo do comportamento dos “colectivos humanos” e reconhecia de alguma forma as ideias de grandes números, de incerteza e de lei tendencial, próprias da estatística, no funcionamento da economia e da sociedade (Caraça, 1944). Entretanto, o fascínio exercido pela descoberta da econometria (que não se confundia com a matemática aplicada da memória apresentada em 1923), porventura em resultado da ‘reconciliação’ que essa nova aproximação à problemática económica proporcionava entre os vários elementos que integravam o projecto marxista, leva-o a aclarar a sua posição sobre a história da ciência económica, designadamente ao situar um corte epistemológico na contemporaneidade: “a economia começa a sair da fase pré-científica para começar a constituir-se como ciência exacta” e “a característica fundamental dessa renovação [da economia] é a introdução sistemática dos métodos quantitativos” (Caraça, 1945a: 1).

Caraça não realizou já trabalhos de econometria aplicada. Essa tarefa coube inicialmente aos seus assistentes e colaboradores no CEMAE e teve como resultado mais visível duas dissertações de doutoramento. A primeira delas versou tema mais demográfico que propriamente económico (Freire, 1945), mas a segunda visou já a estimação de funções procura (Rodrigues, 1947).

Curiosamente, foi no âmbito da discussão daquela primeira dissertação que Caraça introduziu um argumento que procurava justificar esta economia quantitativa com as leis da dialéctica materialista: “Concede-se ao método matemático a capacidade de dar relações quantitativas mas nega-se-lhe a de dar a estrutura qualitativa. Esquece-se que é o grau de intensidade das relações quantitativas que comanda a estrutura qualitativa e as mudanças de fase e que esta portanto só pode bem conhecer-se, estudando aquela” (Caraça, 1945b). Fechava-se assim de alguma forma o círculo homogéneo a que aludia Gramsci na epígrafe que encima este *paper*: epistemologia materialista, política revolucionária e economia científica.

5. Conclusões

Caraça foi a vários títulos uma figura singular no panorama cultural português no período entre guerras. Integrando uma primeira geração de intelectuais marxistas fez do marxismo uma leitura heterodoxa e aberta. Heterodoxa porque resultando num humanismo historicista claramente demarcado da leitura cientista que se tornou predominante entre os seus pares; aberta porque a justapôs a concepções divergentes, como o socialismo utópico, ou até frontalmente contraditórias, como a teoria económica neoclássica.

Esta sua interpretação do marxismo, no privilégio que concede ao campo da cultura, na minimização da economia de Marx da maturidade e mesmo na sua condição académica aproxima-se do “marxismo ocidental” (Anderson, s/d), embora ela possa ser considerada sobretudo um marxismo do isolamento cultural, tendo em conta o que tem de reflexão própria, de aproximação a uma tradição utópica portuguesa e de dificuldade de acesso aos textos fundadores e coevos do marxismo.

Não sendo principalmente economista, nem por isso a acção de Caraça deixou de produzir efeitos relevantes neste campo. Não até finais dos anos 20, quando a sua opção é pela economia teórica neoclássica, mas na fase final da sua vida, quando a introdução da econometria vai de alguma forma compatibilizar a sua visão da problemática económica com o marxismo.

Apesar das limitações apontadas, foi também relevante a acção de divulgação de saberes económicos através da Biblioteca Cosmos. Em qualquer caso, o essencial dos efeitos da acção de Caraça na cena do pensamento económico são fundamentalmente indirectos, isto é, exercidos através da influência que o seu exemplo e a sua intensa e multifacetada acção exerceu nos seus colaboradores directos e mesmo nas gerações que lhes sucederam.



Referências bibliográficas

- Anderson, P. (s/d) *Considerações sobre o marxismo ocidental*, Porto, Edições Afrontamento.
- Andrade, L. M. C. de (1996) *Planetário utópico e cultura integral – aspectos do discurso utópico português contemporâneo*, Tese de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /Universidade Nova de Lisboa.
- Alarcão, J. (1948) Estimativa do nível de vida da população operária portuguesa, *Revista de Economia*, vol. 1, 1, 12-24.
- Araújo, J. M. (2001) *Biblioteca Cosmos – um projecto cultural do Prof. Bento de Jesus Caraça*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Babo, A. (1984) *Recordações de um camineiro*, Fundão, Jornal do Fundão.
- Barros, H. (1944) *O problema do trigo*, Lisboa, Biblioteca Cosmos.
- Bastien, C. (1988) A Afirmação das Ideias Económicas Marxistas em Portugal (1945-1954), in J. L. Cardoso (org.), *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 159-184.
- Bastien, C. (2001a) António Lino Neto (1873-1961), in Cardoso, J. L. (coord.), *Dicionário histórico de economistas portugueses*, Lisboa, Temas & Debates, 218-220.
- Bastien, C. (2001b) A divisão da história do pensamento económico português em períodos, *Revista de História Económica e Social*, 1, 2ª série, 53-89.
- Bebiano, N. (1990) Contributo para o estudo da obra matemática de Bento de Jesus Caraça, *Análise*, 13: 161-173.
- Caraça, B. J. (1923) *Relatório sobre a aplicação do método matemático à determinação do equilíbrio dos mercados*, manuscrito inédito.
- Caraça, B. J. (1944) *A Econometria, seus fundamentos e seus principais problemas*, manuscrito inédito.
- Caraça, B. J. (1945a) *Complementos de análise*, Lisboa, CEMAE.
- Caraça, B. J. (1945b) *Sobre o ensaio de João Remy Freire Estudos de Demografia Portuguesa*, manuscrito inédito.
- Caraça, B. J. (1970) *Conferências e outros escritos*, Lisboa, s/ed.
- Caraça, B. J. (2002) *Cultura e emancipação (1929-1933)*, Porto, Campo da Letras.
- Caraça, B. J. (s/d-a) *Definições e fórmulas*, manuscrito inédito.
- Caraça, B. J. (s/d-b) *Exposição elementar da filosofia do marxismo*, manuscrito inédito.
- Castro, A. (1947) *Introdução ao estudo da economia portuguesa (fim do séc. XVIII a princípios do séc. XX)*, Lisboa, Biblioteca Cosmos.
- Coelho, A. (1990) *Desafio e refutação – controvérsia entre António Sérgio e Jesus Caraça sobre a natureza e o valor da ciência*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Costa, A. M. S. da (1947) *Sobre alguns problemas da teoria das cadeias de mercados*, Lisboa, s/ed.
- Costa Jr, J. J. (1947) *Os gados – riqueza nacional*, Lisboa, Biblioteca Cosmos.
- Dias, L. A. C. (2003) “Missão histórica” e o “papel dos intelectuais” na filosofia da cultura de Bento de Jesus Caraça. *Revista de História das Ideias*, vol. 24, 415-431.
- Duarte, M. D. (1987) *História da filosofia em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.



- Epstein, R. J. (1987) *A history of econometrics*, Amsterdam, North-Holland.
- Evans, M. (1984) *Karl Marx's first confrontation with political economy: the 1844 manuscripts*. *Economy and Society*, vol. 13(2), 115-152.
- Freire, J. R. (1945) *Estudos de Demografia Portuguesa*, Lisboa: CEMAE.
- Gonçalves, A. S. (1945) *Quanto custa a guerra*, Lisboa, Biblioteca Cosmos.
- Guerreiro, A. D. (1943 e 1947) *Quadro económico do Mundo*, 2 vols, Lisboa, Biblioteca Cosmos.
- Hobsbawm, E. J. (1989) *História do Marxismo*, vol. 11, Rio de Janeiro, Editora Paz & Terra.
- Howard, M. C.; King, J. E. (1989) *A history of Marxian economics*, vol. 1, Houndmills, MacMillan.
- Lecourt, D. (1976), *Lyssenko, histoire réelle d'une 'science prolétarienne'*, Paris, Quadrige/PUF.
- Louçã, F. (2007) *The years of high econometrics*, London and New York, Routledge.
- Lowy, M. (2002) *A teoria da revolução no jovem Marx*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Marx, K. (1991) *Miséria da filosofia*, Lisboa, Edições Avante!
- Marx, K.; Engels, F. (1973) *Lettres sur les sciences de la nature (et les mathématiques)*, Paris, Editions Sociales.
- Moura, J. B. (2001) Linhas de rumo do pensamento de Bento de Jesus Caraça, *Vértice*, 101, Julho-Agosto, 33-62.
- Neves, H. (2002) Introdução, in Caraça, B. J., *Cultura e emancipação*, Porto, Campo das Letras, 9-53.
- Neves, J. (2006) A Biblioteca Cosmos, in Curto, D. R., *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 823-888.
- Pedroso, A. (2007) *Bento de Jesus Caraça semeador de cultura e cidadania – inéditos e dispersos*, Porto, Campo das Letras.
- Pita, A. P. (1992) Para situar a filosofia da cultura de Bento de Jesus Caraça. *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 37, 111-127.
- Pita, A. P. (1994) O marxismo na constituição ideológica e política do Partido Comunista Português, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, 89-108.
- Pita, A. P. (2002) *Conflito e unidade no neo-realismo português*, Porto, Campo das Letras.
- Pita, A. P. (2003) Crise e enciclopedismo – a tarefa dos intelectuais segundo Bento Caraça, *Revista de História das Ideias*, 24, 433-451.
- Plasmejer, H. W. (1998) Sam de Wolff (1878-1960): analytical Marxism in the twenties, in Samuels, W. J. (ed.), *European economists of the early 20th Century*, vol. 1, Cheltenham, Edward Elgar, 61-80.
- Pouch, T. (2001) *Les économistes français et le marxisme: apogée et déclin d'un discours critique (1950-2000)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- Rodrigues, O. M. (1947), *O problema dos orçamentos familiares*, Lisboa, s/ed.
- Soares, R. [pseud. de Fernando Pinto Loureiro] (1947) *Por um novo humanismo*, Porto, Portugaláia.
- Tengarrinha, J. (2001) Intervenção, liberdade crítica e compromisso, *Vértice*, 101, Julho-Agosto, 17-26.
- Vilaça, A. (1999) *Bento Jesus Caraça: Militante integral do ser humano*, Porto, Campo das Letras.